



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE VILHENA



TERMO DE REFERÊNCIA 016/2026/FCV

(Art. 6º, Inciso XXIII; Art. 40º, §1º, Incisos I ao III da Lei 14.133/2021).

1. INTRODUÇÃO:

1.1. Em atendimento ao **Art. 1º; Art. 2º Inciso II e Art. 11º da Lei 14.133/21**, o presente **Termo de Referência** tem por finalidade e normatizar, disciplinar e definir, através dos procedimentos legais e pertinentes, os elementos que nortearão a Contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais gráficos personalizados, destinados ao atendimento das demandas institucionais da Fundação Cultural de Vilhena – FCV–, doravante denominado de CONTRATANTE, conforme solicitado através do DFD e conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas **neste Instrumento** e seus anexos.

1.2. A contratação será procedida por licitação, pela modalidade **Pregão Eletrônico**, fundamentado no **Art. 6º Inciso XLI, Art. 17º §2 da Lei nº 14.133/2021**, a qual institui normas para as licitações e contratos administrativos.

1.3. A escolha da modalidade de Pregão Eletrônico para a realização deste processo licitatório justifica-se pela maior rapidez em sua execução e pela possibilidade de se obter preços mais vantajosos pela Administração, pela probabilidade que têm os licitantes de reduzir preços durante a disputa licitatória (**Art. 18º Inciso VIII da lei 14.133/21**).

1.4. O julgamento das Propostas de Preços dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO POR LOTE**, desde que perfeitamente exequíveis e observadas às especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos **neste Instrumento**.

2. ORGÃO SOLICITANTE

2.1. Fundação Cultural de Vilhena (FCV)

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º Inciso XXIII Alínea j; Art. 92º Inciso VIII da Lei 14.133/2021):

3.1. Órgão: 20- Fundação Cultural de Vilhena.

3.2. Unidade: 20.001 – Fundação Cultural de Vilhena.

3.3. Função: 13 – Cultura.





PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE VILHENA



3.4. Sub Função: 392 – Difusão Cultural.

3.5. Programa: 0034– Cultura para todos.

3.6. Projeto/Atividade: 2143 – Manutenção das atividades culturais.

3.7. Nat. Da Despesa: 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

3.8. Desdobramento: 16 – MATERIAL EXPEDIENTE.

3.9. Fonte de recursos: 15000000 - Recursos não vinculados de impostos, Exercício corrente.

3.11. Nat. Da Despesa: 3.3.90.32.00.00 – MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

3.12. 16 – MATERIAL DE EXPEDIENTE.

3.13. Fonte de recursos: 25000000 - Recursos não vinculados de impostos, Exercício Anterior.

4. OBJETO (Art. 6º Inciso XXIII Alínea a; Art. 18º Inciso II; Art. 40º §1º Inciso I da Lei 14.133/2021):

4.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços gráficos e fornecimento de materiais personalizados, destinados ao atendimento das demandas institucionais da FCV– Fundação Cultural de Vilhena, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas **neste Instrumento** e seus anexos.

4.2. A descrição pormenorizada do Objeto encontra-se descrita no **item 5.1 deste Instrumento**.

4.3. A escolha por **LOTE** fez necessário visando à economicidade, padronização e eficiência na execução contratual.

5. JUSTIFICATIVA (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea b da Lei 14.133/2021):

5.1. A atuação da Fundação Cultural de Vilhena no planejamento, execução e apoio a ações culturais e institucionais no município demanda a utilização contínua de materiais gráficos e personalizados, os quais são essenciais para a adequada comunicação institucional, divulgação de atividades e organização administrativa.

5.2. A contratação de empresa especializada para a prestação de serviços gráficos e fornecimento de materiais personalizados visa garantir a padronização visual, qualidade na





PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE VILHENA



comunicação e eficiência na divulgação das ações desenvolvidas pela FCV, abrangendo tanto eventos culturais quanto demandas institucionais permanentes.

5.3. Os materiais gráficos e personalizados a serem adquiridos serão destinados conforme suas finalidades específicas, conforme detalhado a seguir:

5.3.1. Banners: destinados à divulgação visual dos eventos culturais, campanhas institucionais e ações promovidas pela Fundação, contribuindo para ampliar o alcance das atividades junto à população.

5.3.2. Faixas: utilizadas na sinalização de locais de eventos, identificação de espaços e divulgação de ações institucionais em áreas externas e internas.

5.3.3. Painéis: empregados na composição visual de eventos, identificação de palcos, exposições e ambientação institucional.

5.3.4. Agendas personalizadas: destinadas exclusivamente aos servidores da Fundação Cultural de Vilhena, com o objetivo de auxiliar na organização das atividades administrativas, planejamento de ações e controle de compromissos institucionais.

5.3.5. Blocos institucionais: destinados à distribuição gratuita ao público participante das ações da FCV, sendo utilizados em reuniões, oficinas, eventos e atividades culturais, promovendo apoio à participação e registro de informações.

5.3.6. Canetas institucionais: destinadas à distribuição gratuita em eventos, reuniões e ações institucionais, contribuindo para a divulgação da identidade visual da Fundação e apoio às atividades dos participantes.

5.4. A distribuição de materiais como blocos e canetas ocorre em diversas ações promovidas pela Fundação Cultural de Vilhena, tais como entrega da Carteira de Artesanato, reuniões do Conselho de Cultura, Fórum de Cultura, reuniões de escuta de editais e encontros dos setoriais de cultura, fortalecendo a participação social e o engajamento da comunidade.

5.5. A utilização adequada desses materiais possibilita maior alcance das ações promovidas pela Fundação, ampliando o acesso da população às atividades culturais, fortalecendo a imagem institucional e promovendo maior integração entre a administração pública e a comunidade, em consonância com os princípios da publicidade e eficiência.

5.6. Considerando a necessidade de execução dos serviços de forma organizada e conforme demanda institucional ao longo da vigência contratual, justifica-se a realização de processo licitatório para contratação de empresa especializada, visando garantir economicidade,





PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE VILHENA



qualidade, padronização e eficiência no atendimento das necessidades da Fundação Cultural de Vilhena, contribuindo para o desenvolvimento cultural e social do município.

5.5. Como órgão gestor público de Cultura na cidade de Vilhena, cabe à Fundação Cultural de Vilhena, segundo a Lei Complementar nº 183/2012, as seguintes competências: formular, executar e avaliar a política e as diretrizes culturais no Município para a promoção da cidadania e cultura; **incentivar, difundir, promover a prática e o desenvolvimento das atividades, dos eventos culturais** e as festividades comemorativas; resgatar, conservar, administrar e difundir o patrimônio cultural, histórico, documental, arquitetônico e natural de Vilhena; promover cursos nos diversos ramos da cultura; promover, apoiar e patrocinar pesquisas históricas e culturais; **possibilitar o acesso aos bens e manifestações culturais, democratizando a informação e estimulando a formação cultural**; assessorar os conselhos municipais vinculados à sua área de atuação; promover a edição de livros e outras publicações que estudem e divulguem as tradições histórico-culturais do Município; exercer a supervisão das atividades dos órgãos de sua área de competência; assessorar e representar a administração pública municipal no que concerne aos eventos culturais; construir, instalar, reformar, manter e administrar espaços públicos no Município destinado à cultura; firmar convênios, consórcios, protocolos, ajustes, termos de contratos com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacional ou estrangeiro, visando desenvolver a política de recursos da Fundação e a execução de suas atribuições; **e executar outras atividades correlatas e outras que lhe conferem no âmbito de sua competência.** E também *“planejar, acompanhar e avaliar as ações culturais, visando o acesso da população aos bens culturais”; bem como “coordenar projetos e atividades artísticas junto às entidades, promovendo o intercâmbio, fortalecendo parcerias e incentivando a cultura;” além de “promover, apoiar e incentivar ações e eventos que propiciem a integração da juventude através de atividades culturais”;*

A cultura é um direito disponível ao ser humano, preceituado pela Carta Magna, devendo o Poder Público Municipal prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, no âmbito do Município de Vilhena. É responsabilidade do Poder Público Municipal, com a participação da sociedade, planejar e fomentar políticas públicas de cultura, assegurar a preservação e promover a valorização do patrimônio cultural material e imaterial do Município de Vilhena e estabelecer condições para o desenvolvimento da economia da cultura, considerando em primeiro plano o interesse público e o respeito à diversidade cultural. Também cabe ao poder apoiar manifestações culturais que se situam à margem da indústria cultural e dos meios de comunicação, uma vez que os mesmos não conseguem apoio da forma adequada junto a entidades privadas que sejam potenciais patrocinadores e também não tenham espaço para divulgação na mídia tradicional.





PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE VILHENA



Cabe lembrar que “(...) Art. 7º. A atuação do Poder Público Municipal no campo da cultura não se contrapõe ao setor privado, com o qual deve, sempre que possível, desenvolver parcerias e buscar a complementaridade das ações, evitando superposições e desperdícios. (...)” – Redação dada pela **LEI Nº 3.614, DE 26 DE MARÇO DE 2013**, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura de Vilhena/RO, seus princípios, objetivos, estrutura, organização, gestão, inter-relações entre seus componentes, recursos humanos, financiamento e dá outras providências.

6. ESTIMATIVA DE VALOR (Art. 12º Inciso II; Art. 18º Inciso IV da Lei 14.133/21):

6.1. Os valores dos serviços estão baseados em uma ampla pesquisa de preços realizada pelos técnicos do FCV, em que fora realizado o valor médio entre as pesquisas realizadas, levando em consideração somente o valor unitário cotado pelas empresas, sendo apurado o Valor total estimado de **R\$ 13.950,00** (treze mil, novecentos e cinquenta reais), conforme **Quadro Comparativo Anexo I deste Instrumento**, sendo:

LOTE 01

Item	Item Almo	Descrição	Und.	Quant.	Media	Preço Total
1		Caneta personalizada com a logo da Fundação colorida e nome "Fundação Cultural", em plástico rígido, (150 cor de tinta preta e 150 cor de tinta azul).	UND	300	R\$ 3,80	R\$ 1.140,00
2		Blocos 15x10 cm com 50 folhas (personalizado, colorido)	UND	300	R\$ 4,61	R\$ 1.383,00
TOTAL LOTE 01					R\$ 2.523,00	





PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE VILHENA



LOTE 02

Item	Item Almo	Descrição	Und.	Quant	Media	Preço Total
1		Painel em foto- Lona 3X2, 20m(personalizado, colorido)	UND	4	R\$445,50	R\$ 1.782,00
2		Faixa - Lona 4m x 60cm (personalizado,colorido)	UND	5	R\$ 320,00	R\$ 1.600,00
3		Banners- Lona 2x 1,20m (personalizado, colorido)	UND	5	R\$ 210,00	R\$ 1.050,00
4		Banners- Lona 3x 2m (personalizado, colorido)	UND	3	R\$ 420,00	R\$ 1.260,00
5		Banners - Lona 80cm x 1,20m (personalizado, colorido)	UND	20	R\$ 86,75	R\$ 1.735,00
7		Agenda personalizada , sem indicação de ano, com design exclusivo e aplicação da logomarca da Fundação Cultural, ideal para uso contínuo em qualquer período. Formato de 14 cm x 20 cm, miolo com 352 páginas impressas em papel offset (sulfite) branco 63 g, contendo páginas personalizadas com a logomarca da Fundação preto e branco e a inscrição “Cultura e Desenvolvimento”, além de calendários, feriados nacionais e espaços dedicados para anotações, sem vinculação a um ano específico. Conta com capa dura personalizada, e encadernação em sistema Wire-O (duplo anel metálico).	UND	50	R\$ 80,00	R\$ 4.000,00
TOTAL LOTE 02					R\$ 11.427,00	

CALENDÁRIO DE EVENTOS 2026		
MÊS	EVENTO	DESCRIÇÃO
06/2026	Sarau das mães	Apresentação
06/2026	Reunião Conselho Municipal de Políticas Culturais	Apresentação
06/2026	Sarau das Estações (INVERNO)	Exposição artística
06/2026	Arraiá do Portal	Apresentação





PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE VILHENA



07/2026	Entrega da carteira de Atesanato	Palestra e Apresentação
08/2026	Homenagem dia do capoeirista	Apresentações
08/2026	Feira Regional Artesanato	Exposição de arte
09/2026	7 de setembro	Apresentações
09/2026	Sarau das Estações (PRIMAVERA)	Exposição artística
10/2026	Ligação das luzes de Natal	Apresentações
11/2026	Aniversário da Cidade	Apresentações
12/2026	Encerramento das atividades Culturais	Apresentações
12/2026	Sarau das Estações (VERÃO)	Exposição artística

6. FORMA, PRAZO E LOCAL DE EXECUÇÃO (Art. 18º Inciso III; Art. 40º, §1º, Inciso II da Lei 14.133/21)

6.1. A execução do objeto deverá ocorrer conforme as condições, especificações e locais previamente definidos neste instrumento e em seus anexos.

6.2. Todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto licitado, inclusive entrega, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA. A movimentação dos materiais até as dependências do local de instalação e desinstalação é de inteira responsabilidade da CONTRATADA ou da transportadora, não sendo a FCV responsável pelo fornecimento de mão de obra para viabilizar o transporte.

6.3. Os itens solicitados deverão ser entregues com antecedência mínima de 02 (dois) dias em relação à data prevista para sua utilização.





PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE VILHENA



6.4. Os itens constantes deste Termo de Referência deverão ficar à disposição da FCV na empresa licitante vencedora para serem retirados/utilizados, ou entrega em local previamente designado na requisição, conforme a necessidade da Fundação Cultural de Vilhena, pelo período de 12 meses, a contar da assinatura do contrato (ou equivalente).

6.5. As artes gráficas dos materiais a serem produzidos poderão ser fornecidas pela CONTRATANTE ou elaboradas pela CONTRATADA, conforme a necessidade de cada demanda.

6.6. Nos casos em que a elaboração da arte for de responsabilidade da CONTRATADA, esta deverá submeter previamente o material à aprovação da CONTRATANTE, não podendo iniciar a produção sem a devida validação formal.

6.7. A CONTRATANTE poderá solicitar ajustes e alterações nas artes apresentadas, devendo a CONTRATADA proceder às adequações necessárias até a aprovação final.

7. DO RECEBIMENTO DO OBJETO (Art. 92º Inciso VII da Lei 14.133/21)

7.1. O objeto dessa licitação será recebido pela Comissão de Recebimento da Fundação Cultural de Vilhena, para fins de conferência do critério quantitativo, com a utilização de carimbo e assinatura no canhoto da Nota Fiscal Eletrônica e/ou no conhecimento de transporte da transportadora, devidamente datado e assinado.

7.2. Fica designado o servidor William da Silva Gonçalves – Chefe de Eventos Culturais e Oficinas de Artes – matrícula nº 111/FCV, como gestor do contrato para fiscalizar o recebimento dos serviços contratados.

7.3. Caso seja verificada qualquer incompatibilidade, do serviço entregue deverá ser substituído de imediato, por conta e ônus da CONTRATADA, não considerados como prorrogação do prazo de entrega. Esse processo de verificação de compatibilidade será também aplicado ao objeto encaminhado pela licitante em substituição, e somente após o cumprimento dessa etapa, será o objeto da licitação definitivamente recebido e aceito.

7.4. O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita qualidade do serviço fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas, no prazo dentro do prazo já previsto neste termo.

8. DO CONTRATO E PRAZO DE EXECUÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea f e Título III – Contratos Administrativos da Lei 14.133/2021):

8.1. Por se tratar de Empenho global, o Contrato não será substituído pela Nota de Empenho, nos termos do **Art. 95º Inciso II da Lei 14.133/21**.





PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE VILHENA



8.2. Este **Termo de Referência e seus anexos** estão vinculados ao contrato, como também a proposta do licitante vencedor (**Art. 92º, Inciso II da Lei 14.133/2021**).

8.3. O Contrato terá validade de até a entrega do objeto e seus respectivos pagamentos.

8.4. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da **Lei nº 14.133, de 2021**, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (**Lei nº 14.133/2021, Art. 115º, caput**).

8.5. O CONTRATADO será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (**Lei nº 14.133/2021, Art. 119º**).

8.6. O CONTRATADO será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (**Lei nº 14.133/2021, Art. 120º**).

8.7. Somente o CONTRATADO será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (**Lei nº 14.133/2021, Art. 121º, caput**).

8.8. A inadimplência do CONTRATADO em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (**Lei nº 14.133/2021, Art. 121º, §1º**).

9. DA GARANTIA (Art. 40º § 1º Inciso III da Lei 14.133/21):

9.1. A licitante vencedora ficará obrigada a garantir os padrões de qualidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, exigidas pelo órgão responsável em cada item especificado neste **Termo de Referência**, as quais deverão ser respeitadas, conforme direitos do consumidor, obrigando-se a substituir todos aqueles que estiverem fora do padrão, sem quaisquer ônus para esta Autarquia, até o efetivo atendimento das referidas propostas.

9.2. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Órgão interessado.

9.3. Os serviços contratados deverão ter a garantia total durante a vigência do contrato.





PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE VILHENA



10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (Art. 92º, Inciso XIV da Lei 14.133/21)

10.1. Fornecer os itens e serviços conforme especificações, validades e preços propostos na licitação, e nas quantidades solicitadas pela CONTRATANTE.

10.2. Entregar os serviços solicitados estritamente no prazo estipulado, em perfeitas condições.

10.3. Comunicar a CONTRATANTE, no prazo Máximo de 10 (dez) dias úteis que antecedem o prazo de vencimento da entrega do objeto, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

10.4. Responsabilizar-se por todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto licitado, inclusive frete.

10.5. Responsabilizar-se, com a transportadora, pela movimentação dos materiais e equipamento até as dependências do local, não sendo o FCV responsável pelo fornecimento de mão de obra para viabilizar o transporte.

10.6. Assumir toda responsabilidade pelos encargos fiscais, comerciais e trabalhistas resultantes da adjudicação desta licitação.

10.7. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no **Art. 124º, Inciso II, Alínea d da Lei nº 14.133/2021**.

10.8. Garantir a qualidade dos serviços entregues, bem como substituir qualquer material ou equipamento que não esteja dentro dos padrões de qualidade e conforme as condições previstas neste **Termo**.

10.9. Encaminhar ao e-mail fundacaoofinanvha@gmail.com cópia do DANFE (Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica), Certidões de Regularidade Fiscal, Estadual e Municipal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

10.10. Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao FCV e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas.

10.11. Aceitar e retirar a Nota de Empenho, em até três dias após sua convocação (**Art. 90º da lei 14.133/21**).





PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE VILHENA



10.12. Indicar, por escrito, preposto ou profissional equivalente (e seu eventual substituto), fornecendo número de telefone e e-mail para contato, ao qual a CONTRATANTE possa se reportar quanto à fiel execução do contrato e cuidar para que esse profissional alocado mantenha permanente contato com os responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato.

10.13. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas (**Art. 92º, Inciso XVI da Lei 14.133/21**).

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (Art. 92º, Inciso XIV da lei 14.133/2021)

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o **Termo de Referência e seus anexos**.

11.2. Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a CONTRATADA possa fornecer os serviços dentro das especificações exigidas neste **Termo de Referência**.

11.3. Emitir nota de empenho a crédito do(s) fornecedor (es) no valor total correspondente ao objeto solicitado.

11.4. Encaminhar a nota de empenho para a CONTRATADA.

11.5. Conferir os serviços recebidos e as notas fiscais se os mesmos estão de acordo com a nota de empenho.

11.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, proporcionando todas as condições para que a mesma possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos.

11.7. Fiscalizar a entrega dos serviços podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer, no todo ou em parte, qualquer entrega que não esteja de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste **Instrumento**.

11.8. Notificar, por escrito, a CONTRATADA na ocorrência de eventuais falhas no curso de execução das obrigações assumidas, aplicando, se for o caso, as penalidades previstas neste **Termo de Referência**.

11.9. Aplicar ao CONTRATADO sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato.

11.10. Pagar a fatura ou nota fiscal devidamente atestada, no prazo e forma previstos neste **Termo de Referência**.





PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE VILHENA



11.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. PAGAMENTO (Art. 6º Inciso XXIII Alínea g; Art. 18º Inciso III e Art. 92º; Capítulo X – Dos Pagamentos da lei 14.133/21)

12.1. O pagamento da empresa contratada será realizado em até 30 (trinta) dias após o recebimento da Nota Fiscal, através de transferência bancária em conta corrente (**Art. 142º da Lei 14.133/21**), mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada pelo Presidente da FCV e pela comissão de recebimento.

12.2. As notas fiscais deverão conter a descrição do objeto, conforme nota de empenho, constar os dados bancários, estarem em nome da CONTRATANTE, e deverão estar acompanhadas de comprovante de regularidade (certidão negativa) perante a Fazenda Federal, inclusive relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), CNDT e ISS Municipal no caso de prestação de serviços e certidões de cotas quanto a contratação de jovem aprendiz e portadores de necessidades especiais, comprovantes estes da manutenção das condições da habilitação, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais da documentação mencionada no Art. 68 da Lei 14.133/21.

O CONTRATADO, ao emitir a Nota Fiscal, deve observar o que está disposto no Decreto Municipal nº 60.340/2023, alterado pelo decreto Municipal nº 60.470/2023 e ainda o Recurso Extraordinário nº 1293453, julgado no Supremo Tribunal Federal, quanto à retenção de Imposto de Renda, especificando o valor do Imposto de Renda a ser retido, observando o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1234/2012 e a alíquota correta do objeto contratual firmado, conforme rege:

Decreto Municipal 60.340/2023:

Art. 1º Ficam obrigados a efetuar a retenção na fonte do Imposto sobre a Renda - IR sobre os pagamentos que efetuarem as pessoas físicas e jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, os seguintes órgãos e entidades da administração pública municipal:

I - os órgãos da administração pública municipal direta;

II - as autarquias; e





PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE VILHENA



III - as fundações municipais.

§ 1º As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, para entrega futura nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012.

Art. 2º A obrigação de retenção do Imposto de Renda alcançará todos os contratos e relações de compras e pagamentos efetuados pelos órgãos e entidades mencionados no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Os prestadores de serviço e fornecedores de bens deverão, a partir da vigência deste Decreto, ao emitir as notas fiscais observarão às regras de retenção da Instrução Normativa RFB nº 1234/2012, sob pena de não aceitação por parte dos órgãos e entidades mencionados no art. 1º deste Decreto.

12.3. A fatura/nota fiscal que for apresentada com erro será devolvida a CONTRATADA para retificação e reapresentação acrescentando-se, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

12.4. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará com o pagamento pendente até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus a CONTRATANTE.

12.5. Se, por qualquer motivo alheio à vontade da CONTRATANTE, for paralisada a entrega do **objeto**, o período correspondente não gerará obrigação de pagamento.

12.6. Não caberá pagamento de atualização financeira à CONTRATADA caso o pagamento não ocorra no prazo previsto por culpa exclusiva desta.

12.7. No caso de pendência de liquidação de obrigações pela CONTRATADA, em virtude de penalidades impostas, a CONTRATANTE poderá descontar de eventuais faturas devidas ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.





PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE VILHENA



12.8. A CONTRATANTE poderá sustar o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, nos casos de:

a) Existência de qualquer débito para com a CONTRATANTE;

b) Se o **objeto** entregue não estiver de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

12.9. Para fazer jus ao pagamento a empresa deverá manter todas as condições da habilitação, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais da documentação mencionada no **Art. 68º da Lei 14.133/21**, além do contrato (se houver) devidamente assinado e publicado.

12.10. No caso de incorreção em qualquer dos documentos apresentados será o mesmo devolvido a CONTRATADA para as correções necessárias, não respondendo a CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação do pagamento.

12.11. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para isso, como critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento até a data do efetivo pagamento, será utilizada a seguinte fórmula:

$$I = (6\%/100)$$

365

$EM = I \times N \times VP$, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual= 6% (seis por cento), com vigência a partir da data de adimplemento da etapa;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

12.12. O presente critério aplica-se aos casos de compensações financeiras por eventual atraso de pagamento.





PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE VILHENA



12.13. Para fazer jus ao contrato, a empresa deverá estar regular perante a Fazenda Federal, a Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, bem como quitação de impostos e taxas que porventura incidam sobre a aquisição, além do contrato devidamente assinado e publicado.

12.14. No caso de incorreção em qualquer dos documentos apresentados será o mesmo devolvido a CONTRATADA para as correções necessárias, não respondendo a CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação do pagamento.

12.15. A CONTRATANTE não efetua pagamento antecipado, não sendo considerados os itens das propostas que assim se apresentarem, conforme preceitua o **Art. 145 da lei 14.133/21**.

12.16. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.17. Por ocasião do pagamento será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, quando couber.

12.18. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, serão realizadas consultas para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.19. Constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

12.20. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.21. Persistindo a irregularidade a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

12.22. Havendo a efetiva entrega **do objeto**, o pagamento deverá ser realizado normalmente, até que se decida pela sanção a ser aplicada, caso a CONTRATADA não regularize sua situação.

13. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea h da Lei 14.133/2021):





PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE VILHENA



13.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório na modalidade Pregão na forma eletrônico, conforme discriminado no **Item 1.2 deste Termo de Referência**.

13.2. A proposta, que compreende a descrição dos produtos ofertados e preços unitários (por unidade), totais (unidade x valor unitário) e por lote (soma dos valores totais de todos os itens), que deverão ser compatíveis com o **Termo de Referência e seus anexos**, bem como atender a todas as suas exigências.

13.3. Serão desclassificadas as propostas que:

- a)** Não atendam às exigências deste **Termo** e seus Anexos;
- b)** Sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, vícios e defeitos capazes de dificultar o julgamento;
- c)** Não atendam às características mínimas deste **Termo de Referência**.

14. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO (Art. 6º Inciso XXIII Alínea h; Capítulo VI, Art. 62º ao 70º da Lei 14.133/2021)

14.1. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação. Para tanto, será exigido do licitante:

14.2. Habilitação Jurídica (Art. 62, Inciso I; Art. 66 da Lei 14.133/2021):

14.2.1. A habilitação jurídica visa demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações (**Art. 66 da Lei 14.133/2021**). Serão exigidos:

- a)** Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b)** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- c)** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, bem como ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- d)** Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores, a fim de comprovar





PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE VILHENA



compatibilidade do ramo de atividade com o objeto da licitação; e) Documentos pessoais do representante legal da empresa

14.3. Qualificação técnica:

14.3.1. Atestado(s) de Capacidade Técnica: de fornecimento emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução da solicitação dos objetos de consumo e permanente pertinentes e compatíveis e características, quantidades e prazos semelhantes à licitação.

a) Entende-se por **pertinente e compatível em característica** (s) atestado (s) que em sua individualidade ou soma de atestados, contemplem todos os serviços referentes à licitação;

b) As empresas participantes da licitação deverão apresentar Atestado de Capacidade Técnica (declaração ou certidão), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando o desempenho da licitante em contrato pertinente e compatível em características, quantidades com o objeto da licitação, conforme art. 30, inciso II e § 1º da Lei nº. 14.133/2021.

14.3.2. Consideram-se pertinente e compatível em **características**, os atestados que contemplam execução da aquisição compatíveis com os lotes para os quais apresentar proposta.

14.4. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista (Art. 62, Inciso III; Art. 68 da Lei 14.133/2021):

a) Cartão de CNPJ com o respectivo CNAE relacionado ao lote do qual está inscrito; **(Art. 68, Inciso I da Lei 14.133/21);**

b) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Federal (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional), admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento **(Art. 68, Inciso III da Lei 14.133/21);**

c) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento **(Art. 68, Inciso III da Lei 14.133/21);**





PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE VILHENA



d) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento **(Art. 68, Inciso III da Lei 14.133/21)**;

e) Certidão de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento **(Art. 68, Inciso IV da Lei 14.133/21)**.

f) Certidão de Regularidade perante a Justiça do Trabalho – CNDT (Lei Federal n.º 12.440/2011, de 07/07/2011). Esta certidão poderá ser emitida gratuitamente nas páginas eletrônicas do Tribunal Superior do Trabalho, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho, mediante indicação do CPF ou CNPJ do interessado; podendo ser Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa **(Art. 68, Inciso V da Lei 14.133/21)**;

g) Declaração Conjunta de:

- Inexistência de Fato Superveniente impeditivo de habilitação;
- Declaração de que não possuiu em seu quadro de pessoal, empregado(s) menor (es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, em qualquer trabalho, menor(es) de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do Artigo 1º, do Decreto Federal nº 4.358, de 2002 **(Art. 68, Inciso VI da Lei 14.133/21)**;
- Declaração de inexistência de servidor público da ativa, nos quadros funcionais da empresa (sócio/administrador/diretor, etc.);
- Declaração de Conhecimento e concordância com todos os termos do **Termo de Referência e seus anexos** e de Cumprimento Pleno de todos os Requisitos de Habilitação exigidos;
- Declaração de que a proposta apresentada para participar da licitação foi elaborada de maneira independente pela empresa, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial deste certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

14.5. Qualificação Econômico-Financeira (Art. 62, Inciso IV; Art. 69 da Lei 14.133/2021):

14.5.1. A habilitação econômico-financeira visa demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato ou seu equivalente. Para isso será exigido **(Art. 69 da Lei 14.133/2021)**:





PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE VILHENA



a) Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício e demais demonstrações contábeis, referente aos dois últimos exercícios sociais, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado nos órgãos competentes (**Art. 69, Inciso I da Lei 14.133/2021**);

15. DA PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea d da Lei 14.133/2021; Art. 48 da Lei Complementar 123/2006):

15.1. Poderão participar exclusivamente deste certame, microempresas e empresas de pequeno porte do ramo pertinente ao objeto de do presente **Termo de Referência**, devidamente qualificado, mediante comprovação das regularidades fiscais, obedecendo à legislação que rege a matéria.

15.2. O não cumprimento dos prazos estabelecidos no Edital e seus anexos poderão acarretar em desclassificação da empresa.

15.3. Exigir-se-á dos interessados na fase de habilitação, nos termos estabelecidos nos **Artigos 62º ao 70º da Lei 14.133/2021**.

15.4. Não poderão participar as empresas enquadradas em quaisquer das hipóteses a seguir elencadas:

a) Suspensas temporariamente de participar de licitações ou impedidas de contratar quando a penalidade foi aplicada pelo órgão ou entidade licitante, com fundamento no **Art. 14º, Inciso III da Lei n. 14.133/2021**;

b) Impedidas de participar de licitações ou de contratar, ou atingidas por outra vedação legal que conste do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da Controladoria Geral da União (CGU), do Portal da Transparência, do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e/ou da Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União (TCU);

c) Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fundamento no **Art. 14º, Inciso III da Lei n. 14.133/2021**;

d) Constituídas com o mesmo objeto e da qual participem sócios e/ou administradores de empresas anteriormente declaradas inidôneas, nos termos do **Art. 46 da Lei nº 8.443/1992**, desde que a constituição da sociedade tenha ocorrido após a aplicação da referida sanção e no prazo de sua vigência;

e) Que se enquadrem nas vedações previstas no **Artigo 14º da Lei 14.133/2021**;





PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE VILHENA



- f) Que se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação;
- g) Que estejam reunidas em consórcio, de acordo com o **Art. 14º Inciso II da Lei 14.133/2021**, uma vez que o objeto se reveste de simplicidade e não envolve questões de alta complexidade e relevante vulto, pois as empresas isoladamente têm condições de suprir os requisitos de habilitação e não há restrição à competitividade (**Acórdãos TCU n. 2.457/2017-Plenário e n. 11196/2011-2ª Câmara**);
- h) Estrangeiras que não funcionem no País;
- i) Empresa que não possua sede e operação de funcionalidade.

15.5. Nos termos do **Art. 5º do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018**, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

- a) Detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
- b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

15.5.1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consangüinidade ou afinidade, até o terceiro grau (com amparo na interpretação sistemática do Art. 37, caput, da Constituição Federal, da Súmula Vinculante/STF nº 13, do Art. 18, inciso II, da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, Art. 5º, Inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e do Art. 2º, Inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010).

15.6. Nos termos do Art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura CONTRATADA que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão CONTRATANTE.

16. PENALIDADES (Art. 92º, Inciso XIV, Art. 155º ao 163º da lei 14.133/2021)

16.1. Comete infração administrativa, nos termos do **Art. 155º Lei nº 14.133/2021**, o CONTRATADO que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato ou seu equivalente;





PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE VILHENA



- b)** Der causa à inexecução parcial do contrato ou seu equivalente que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** Der causa à inexecução total do contrato ou seu equivalente;
- d)** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e)** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f)** Não celebrar o contrato (ou retirar seu equivalente) ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g)** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h)** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato ou seu equivalente;
- i)** Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato ou seu equivalente;
- j)** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k)** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l)** Praticar ato lesivo previsto no **Art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013**.

16.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções (**Art. 156º Lei nº 14.133/2021**):

- a)** Advertência;
- b)** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas **“b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 16.1 deste Instrumento**, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (**Art. 156º, §4º da Lei 14.133/21**);
- c)** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas **nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do item 16.1 deste Instrumento**, bem como nas **alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do mesmo item**, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (**Art. 156º, §5º da Lei 14.133/21**);





PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE VILHENA



d) Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias (**Art. 156º, §3º; Art. 162º da Lei 14.133/21**);

e) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato ou seu equivalente, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial (**Art. 156º, §3º, Art. 162º, Parágrafo Único da Lei 14.133/21**).

16.3. Na aplicação das sanções serão considerados (**Art. 156º, §1º da Lei 14.133/21**):

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

16.4. A sanção prevista na **Alínea a do item 16.2 deste Instrumento** será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na **Alínea a do item 16.1 deste Instrumento**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (**Art. 156º, §2º da Lei 14.133/21**).

16.5. A sanção estabelecida na **Alínea c do item 16.2 deste Instrumento** será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade máxima desta Autarquia, ou seja, do Diretor Geral (**Art. 156º, §6º da Lei 14.133/21**).

16.6. As sanções previstas nas **alíneas "a", "b" e "c" do item 16.2 deste Instrumento**, poderão ser aplicadas cumulativamente com as sanções previstas nas **alíneas "d" e "e" do mesmo item 15.2 deste Instrumento** (**Art. 156º, §7º da Lei 14.133/21**).

16.7. O valor das multas aplicadas será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

16.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (**Art. 156º, §8º da lei 14.133/21**).

16.9. Na aplicação da sanção prevista nas **Alíneas "d" e "e" do item 16.2 deste Instrumento**, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (**Art. 157º da lei 14.133/21**).





PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE VILHENA



16.10. A aplicação das sanções previstas **no item 16.2 deste Instrumento** não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública (**Art. 156º, §9º da lei 14.133/21**).

16.11. A aplicação das sanções previstas **nas Alíneas “b” e “c” do item 16.2 deste Instrumento** requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido nos termos do (**Art. 158º e seus parágrafos da Lei 14.133/2021**).

17. DO REAJUSTE CONTRATUAL

17.1. O reajuste dos valores contratual terá como base o orçamento estimado conforme o §7º do artigo 25 da Lei Federal nº 14.133 de 2021;

17.2. Deve ser observado o princípio da anualidade para o reajuste;

17.3. O índice a ser utilizado para o reajuste contratual será o IPCA e, em caso de sua extinção, outro que venha lhe suceder.

18. DAS RETENÇÕES

18.1. O contratado fica obrigado à retenção do imposto de renda na fonte, nos termos da Instrução normativa nº 1234/2012, da Receita Federal do Brasil, sob a aplicação a alíquota prevista nesta instrução normativa, editada nos termos do artigo 64 da Lei Federal n. 9.430/96, aplicado por extensão aos pagamentos realizados por esta municipalidade.

18.2. As hipóteses de retenção do IR à fonte e deduções na base de cálculo deverão ser informadas nos documentos fiscais, bem como as hipóteses de dispensa da retenção, nos termos da IN RFB nº 1234/2012.

18.3. As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes da prestação dos serviços contratados/fornecimento dos bens contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição de 1988.

19. INFORMAÇÕES GERAIS

19.1. Este **Termo de Referência** tem como base legal a **Lei nº 14.133/2021** – (Nova Lei de licitações e contratos); **Lei nº 8.078/90** (Dispõe sobre a proteção do consumidor).

19.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as legislações bases citados no item 16.1 e demais normas aplicáveis.





PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE VILHENA



19.3. Mais informações poderão ser adquiridas pelo telefone (69) 3322.1777 ou na sede da FCV – Fundação Cultural de Vilhena, situado, na Av. Tancredo Neves, nº 3845, Bairro Jardim América, CEP 76.980-731, Vilhena/RO, de segunda às sextas-feiras das 07h às 13h.

19.4. O presente Termo de Referência foi elaborado pelo setor orçamentário e aprovado por Evilyn Olímpia Medrada Teixeira – Presidente, Dec. nº 62.351/2024.

20. DO FORO

20.1. Fica eleito o foro da comarca de Vilhena/RO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

Vilhena/RO, 28 de maio de 2026



Assinado por:
MUNICÍPIO DE VILHENA
LETICIA CRUZ DE SOUZA BOFF



28/05/2026 11:03:22

<https://vilhena.oxxy.alotech.com.br/protocolo/consulta-autenticidade?identificador=463ace11-4bda-494c-9981-d8e129cdc77>

Elaborado por:
Setor orçamentário



Assinado por:
MUNICÍPIO DE VILHENA
ÉVILYN OLÍMPIA MEDRADA TEIXEIRA



28/05/2026 12:06:21

<https://vilhena.oxxy.alotech.com.br/protocolo/consulta-autenticidade?identificador=463ace11-4bda-494c-9981-d8e129cdc77>

ÉVILYN OLÍMPIA MEDRADA TEIXEIRA
Presidente da Fundação Cultural de Vilhena
Decreto nº 62.351/2024/FCV

